

Revista *Oeste* e *O Liberal*: interseções e dissonâncias narrativas na cobertura da CPI das ONGs

Caroline Pecoraro, Leticia Capone & Vivian Mannheimer

PUC-Rio

carolpecoraro@gmail.com / leticiacapone@gmail.com / vmannheimer@gmail.com

Resumo

Este estudo analisa a cobertura jornalística da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das ONGs, instaurada no Senado Federal em 2023. Por meio de uma análise qualitativa e interpretativa, a pesquisa examina as matérias publicadas por dois veículos estratégicos na difusão de narrativas sobre o tema durante o período de vigência da comissão: *Revista Oeste* e *O Liberal*. O percurso metodológico estruturou-se sob três eixos analíticos fundamentais: viés político, interseção narrativa e dissonância narrativa. Os resultados mostram que *Revista Oeste* atuou em forte alinhamento político e discursivo

com os parlamentares à frente da CPI, endossando e reproduzindo os argumentos proferidos nas sessões. Em contrapartida, *O Liberal* adotou uma perspectiva mais abrangente, contextualizando o inquérito dentro da agenda socioambiental factual e recorrendo a uma maior diversidade de fontes. O artigo contribui para os estudos sobre jornalismo hiperpartidário e mídias locais, oferecendo reflexões sobre como as dinâmicas comunicacionais contemporâneas, impulsionadas pela internet, operam na construção de narrativas em disputa na esfera pública.

Palavras-chave: Jornalismo; CPI das ONGs; Revista Oeste; O Liberal.

Revista *Oeste* and *O Liberal*: narrative intersections and dissonances in the coverage of the CPI das ONGs

Abstract

This study investigates the journalistic coverage of the Parliamentary Inquiry Committee “CPI das ONGs”, established in the Brazilian Federal Senate in 2023. Through a qualitative and interpretive analysis, the research examines the articles published by two strategic outlets in disseminating narratives on the subject during the committee’s term: *Revista Oeste* and *O Liberal*. The methodological framework was structured around three fundamental analytical axes: political bias, narrative intersection, and narrative dissonance. Results show that *Revista Oeste* operated in strong political and dis-

ursive alignment with the parliamentarians leading the CPI, endorsing and reproducing the arguments presented during sessions. In contrast, *O Liberal* adopted a broader perspective, contextualizing the inquiry within the factual socio-environmental agenda and drawing on a greater diversity of sources. This article contributes to studies on hyper-partisan journalism and local media, offering reflections on how contemporary communication dynamics, driven by the internet, operate in the construction of competing narratives within the public sphere.

Keywords: Journalism. CPI das ONGs. Revista Oeste. O Liberal.

Data de submissão: 2025-04-11. Data de aprovação: 2026-03-23.

Revista Estudos em Comunicação é financiada por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto *LabCom – Comunicação e Artes*, UIDB/00661/2020.

1. Introdução

No dia 14 de junho de 2023, foi instalada uma comissão parlamentar de inquérito no Senado Federal, que tinha como objetivo investigar a ação das organizações não governamentais que atuavam na Amazônia. A CPI teve duração de cerca de seis meses. Ao todo, realizou 30 audiências com depoimento de representantes dessas organizações, de indígenas e de integrantes do governo federal, como Marina Silva - ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima - e Ana Toni - secretária de Mudança do Clima. O relatório final, apresentado em 05 de dezembro de 2023, apresentou seis projetos de lei e pediu o indiciamento do presidente do ICMBio, Mauro Oliveira Pires.

De acordo com dados do Instituto Democracia em Xeque, embora a CPI das ONGs não tenha tido ampla repercussão na imprensa nacional, destacou-se como tema em veículos de mídia local, sobretudo de estados e cidades do norte do país, e em veículos de mídia partidária. Além disso, parlamentares que compuseram a comissão utilizaram suas redes sociais como espaço para amplificar seus posicionamentos proferidos nas sessões, disputando a construção de significados e sentidos sobre o tema na esfera pública (Autora et al., 2024). A comunicação estabelecida sobre o tema circulou majoritariamente pela internet, já que a maior parte dos veículos de mídia local e partidária que cobriram a CPI se estabeleceram no ambiente digital.

Para o presente artigo, objetiva-se compreender de forma mais ampla os temas abordados, as fontes selecionadas para entrevistas e o espaço dedicado ao assunto em dois veículos que caracterizam um modelo de mídia local e de mídia partidária e que foram centrais na propagação de informações sobre a comissão: O Liberal e Revista Oeste. Os relatórios produzidos pelo Instituto Democracia em Xeque demonstram que os dois veículos acima citados tiveram maior incidência na produção semanal de conteúdos sobre a CPI das ONGs, o que justifica a escolha por ambos.

Diante desse cenário, este trabalho busca responder: de que maneira as lógicas de noticiabilidade e os enfoques narrativos de um veículo de mídia local (O Liberal) e de um veículo de mídia partidária (Revista Oeste) se aproximam ou se distanciam na cobertura da CPI das ONGs?

A escolha desta CPI justifica-se por sua centralidade na disputa de sentidos sobre a gestão da Amazônia e pelo papel das comissões parlamentares como arenas de visibilidade política na sociedade brasileira, onde a comunicação digital atua como mediadora estratégica da opinião pública.

O artigo dialoga com estudos que pesquisam as novas dinâmicas e formas de produção, circulação e recepção de notícias e espera-se, dessa forma, contribuir para as discussões sobre mídias locais e mídias partidárias, inseridas em práticas comunicacionais que se modificam e se renovam, sobretudo a partir do uso da internet e do desenvolvimento da versão online destes veículos. Para a análise, foram coletadas matérias localizadas nas duas mídias citadas, entre junho e dezembro de 2023, período em que a comissão parlamentar de inquérito acontecia. Foi realizada uma análise interpretativa dos dados para entender os temas abordados, as fontes entrevistadas e as principais linhas narrativas.

O artigo se estrutura em cinco seções, além desta introdutória. A seguir, apresentamos uma breve contextualização sobre os veículos em análise por este estudo, e sobre o papel da mídia local, partidária e dos meios digitais na circulação e construção de sentidos. Na seção de metodologia, está a análise qualitativa interpretativa realizada a partir de três eixos: viés político, interseção narrativa e dissonância narrativa. Em seguida, em Resultados, os achados a respeito do conteúdo produzido sobre a CPI das ONGs pela Revista Oeste e O Liberal. Por fim, na discussão, há uma reflexão sobre os resultados encontrados; e, na Conclusão, localiza-se o fechamento deste trabalho e as perspectivas de próximos passos para esta pesquisa.

2. Revista Oeste e O Liberal: mídia partidária e local

Esta seção propõe uma revisão de literatura sobre temas que buscam fundamentar teoricamente a questão aqui apresentada: como foi a cobertura da CPI das ONGs a partir de dois veículos de mídia, um deles dentro do espectro das mídias locais - Jornal O Liberal - e outro considerado uma mídia partidária - Revista Oeste. Para tanto, abordamos uma breve discussão teórica dentro da perspectiva de circulação de informações nos âmbitos global e local, entendendo a importância dos contextos regionais para a produção de significados, e as novas formas de comunicação desenvolvidas a partir do uso de meios digitais. Isso projeta não só novas dinâmicas para o jornalismo, como também no circuito formado entre emissor e receptor, incluindo as diferentes formas de projeção de sites e mídias partidárias.

2.1 Mídia global, local e a comunicação

O jornalismo local desempenha um papel essencial nas sociedades democráticas, promovendo o engajamento da comunidade, fornecendo notícias locais e também servindo como certo contrapeso aos conglomerados de mídia nacionais e globais. Estudos sobre o tema enfatizam o papel social desses veículos para suas comunidades (Peruzzo, 2003; Picard *et al.*, 2017; Reis, 2020; Nielsen, 2015). Para Peruzzo (2003), o crescimento da mídia local se deve às modificações no cenário dos meios de comunicação, motivadas pela valorização do local enquanto ambiente de ação político-comunicativa cotidiana. Na visão da autora, as mídias locais podem apresentar pontos em comum com as de caráter comunitário. Entretanto, a tendência maior é que a mídia local se ocupe de assuntos mais gerais, como as vias públicas, tragédias, violência urbana, política local, serviços públicos, entre outros. Nessa perspectiva, o primeiro tipo de mídia visa mais a transmissão da informação e o segundo a mobilização social e a educação informal. A autora constata que grandes meios de comunicação passaram a regionalizar parte de seus conteúdos quando perceberam que as pessoas também se interessam pelo que diretamente afeta as suas vidas, e não apenas pelos grandes temas da política ou da economia (Peruzzo, 2003).

A mídia local também apresenta especificidades no que diz respeito à seleção de conteúdos e à sua relação com as comunidades em que atua (Peruzzo, 1998). Enquanto os veículos de abrangência nacional e internacional orientam sua produção por critérios que maximizam a audiência, a mídia local se volta para temas regionais e cotidianos, muitas vezes negligenciados pela grande imprensa (Hartmann, 2011).

Na linha dos autores que tratam dos critérios de noticiabilidade, Traquina (2005) destaca a proximidade como um valor-notícia e um importante critério na definição da agenda jornalística. A proximidade se refere à relevância que um evento tem para o público com base na sua localização geográfica, cultural ou afetiva. Esse critério é fundamental para entender como a mídia, especialmente a mídia local, decide quais temas devem ser cobertos e enfatizados. Desse modo, eventos que ocorrem fisicamente perto do público tendem a receber mais cobertura e a serem mais noticiáveis para uma audiência local. A proximidade afetiva ou cultural também pode contribuir para definir o que é notícia. Mesmo que um evento ocorra longe, ele pode ser noticiado se tiver forte conexão emocional ou cultural com a audiência (Traquina, 2005). Diferente dos grandes veículos nacionais ou internacionais, a mídia local se baseia naquilo que impacta diretamente a vida cotidiana da população.

No entanto, sua atuação também apresenta contradições. Como unidade comercial, esses veículos frequentemente operam dentro da lógica do mercado, buscando formas de financiamento e do atendimento a interesses empresariais e políticos locais (Nielsen, 2015). Tanto jornalistas como estudiosos do jornalismo são e sempre foram ambivalentes quanto à qualidade do jornalismo local, já que este é frequentemente visto como superficial e muitas vezes privilegia públicos e anunciantes abastados da co-

munidade. Mas, por outro lado, o jornalismo local também é visto como extremamente importante por fornecer informações sobre os assuntos públicos locais, responsabilizar pelo menos um pouco as elites locais e fornecer um fórum para discussão (Nielsen, 2015). Em linha com os estudos que entendem o jornalismo como essencial para a democracia (Waisbord, 2000; Schudson, 2016), principalmente no que tange o papel de *Watchdog* do jornalismo, as mídias locais podem ser importantes para mostrar o que as elites locais estão fazendo (Ekström, 2006).

Especificamente no caso brasileiro, é preciso levar em consideração o impacto e as diferenças de estados, cidades e municípios: o Brasil é um país com grande extensão territorial e mais de 5 mil municípios com diferenças econômicas, sociais e estruturais. De acordo com o relatório do Atlas da Notícia (2023), embora em avanço, o Brasil ainda possui 48% de seus municípios em desertos de notícias, o que significa que não há iniciativa de jornalismo local, e 26% categorizado como quase deserto, ou seja, municípios que possuem 1 ou 2 iniciativas de jornalismo local, e que vivem sob o risco de voltarem a se tornar desertos. Sem o jornalismo local, muitas vezes há ausência de vozes locais que possam defender de forma mais ativa e mais ampla os interesses dessas comunidades.

Além disso, como demonstram estudos e relatórios (Instituto Reuters, 2023; Kepios, 2023), grande parcela da população se informa pelas redes sociais, e isso traz um impacto significativo na fragmentação da opinião pública, na ampliação da polarização e na facilitação da circulação de fake news e desinformação, sem que seja oferecido um ponto de vista concorrente ou a correção das informações. A importância das redes sociais nos locais em que há desertos ou quase desertos de notícias é ainda maior: é por eles que grande parte da desinformação é escoada. Estudos realizados pelo Instituto Democracia em Xequê durante a CPI das ONGs mostram que houve uma ampla circulação de vídeos em grupos locais de whatsapp com desinformação, parte dela gerada, inclusive, a partir de depoentes e de parlamentares que participavam da comissão.

2.2 As mudanças no jornalismo e a mídia partidária

Nas últimas décadas, o jornalismo passou por profundas transformações a partir de sua integração com as plataformas digitais (Longhi, 2021). O processo incluiu mudanças nas rotinas de trabalho do jornalista, diversidade nas formas de concorrência e pressão, redução das redações e mão de obra, transformações nos modelos de negócio e na relação com o público (Autora, 2025). O ecossistema de produção de notícias ganhou novos atores em um cenário em que o *Gatekeeping*, a decisão do que é notícia, bem como a definição de agendas e enquadramentos, não é mais definida apenas pelo jornalismo (Ferreira, 2018). Essas mudanças também geraram implicações, como a influência dos algoritmos no que diz respeito a escolhas editoriais, estratégias de engajamento, além da produção, distribuição, visibilidade, consumo e monetização de notícias (Barsotti, 2018).

A plataformação do jornalismo também influencia a produção, distribuição e consumo de notícias. Uma corrente de estudos argumenta que as plataformas fragmentam a esfera pública gerando ambientes de informação personalizados a partir das preferências dos usuários, frequentemente isolando-os em bolhas de filtro (Van Dijck et al., 2018) e câmaras de eco (Sunstein, 2001). Enquanto os filtros influenciam as escolhas passivamente, as câmaras de eco ocorrem quando usuários decidem consumir e interagir apenas com informações alinhadas aos próprios interesses (Van Dijck et al., 2018). Essa segmentação pode enfraquecer a noção habermasiana de uma esfera pública compartilhada, essencial para deliberação democrática, e pode prejudicar a confiança nas instituições e processos democráticos, como a perda de confiança no próprio jornalismo. Além disso, sistemas de recomendação, como os do YouTube, podem capturar usuários em rabbit holes (Brown et al., 2022), onde o consumo inicial de uma informação migra gradualmente para ambientes ideologicamente extremados. O relatório Reuters

Institute Digital News Report (2020) destaca como as plataformas confundem os limites entre jornalismo confiável e o conteúdo de fontes não confiáveis, levando ao declínio da confiança no jornalismo tradicional.

Ferreira (2016) debate sobre a produção de conteúdos por partidos políticos, sindicatos, centrais sindicais, associações, ONGs, por exemplo, na tentativa de reforçar seus enfrentamentos ideológicos, salientando que nenhuma narrativa jornalística é isenta de interesses. Em um cenário de polarização de audiência de notícias, há o reforço de atenção pública dedicada aos veículos partidários como mídia noticiosa. Isto é, veículos com grande audiência fortemente ligada aos espectros de esquerda ou direita. Nesse cenário, há casos de mídias nativas digitais que se engajam em discussões políticas sem se comprometer com as normas éticas do jornalismo, utilizando, frequentemente, informações falsas ou manipuladas com objetivos políticos, e até mesmo versões alternativas ao jornalismo tradicional. Atuam, ainda, descredibilizando veículos tradicionais (Soares, 2020). Essa estratégia de deslegitimação é frequentemente mediada pelo que Blumler e Coleman (2015) definem como indignação tóxica: uma retórica desenhada para provocar reações emocionais negativas na audiência contra adversários políticos. Ao mobilizar o engajamento através da indignação, essas mídias transitam entre a impolidez — que pode servir como ferramenta retórica — e a incivilidade, que viola princípios democráticos ao promover ataques a grupos específicos e instituições (Papacharissi, 2004). Assim, o uso de conteúdos sensacionalistas e clickbaits não é apenas uma estratégia comercial, mas uma forma de alimentar o sectarismo e a "patrulha de ideias" (Soares, 2020), impossibilitando a formação de um espaço de diálogo racional. Muitas vezes, as mídias partidárias fazem uso de conteúdo sensacionalista e *clickbait*. Há, ainda, uma perda da visibilidade da imprensa. Atores políticos, alguns deles com discurso radicalizado, vem ganhando maior visibilidade e ocupando espaços em que tradicionalmente o jornalismo era hegemônico (Soares, 2020).

Um conceito que auxilia no entendimento de mídias partidárias é o de paralelismo político (Blumler; Gurevitch, 1995; Albuquerque, 2012). Como explica Albuquerque (2012), trata-se da conexão entre jornais e partidos políticos. Em linhas gerais, se refere à percepção de uma convergência de objetivos, meios, enfoques e públicos entre determinados jornais e determinados partidos políticos. O conceito demonstrou que o jornalismo podia se basear em princípios normativos e práticas profissionais muito diferentes daqueles que a pesquisa acadêmica costumava tomar como dados, associados ao modelo do chamado “jornalismo independente” (Albuquerque, 2012).

Ribeiro e Ortellado (2018) relacionam a maior presença de mídias partidárias à polarização da esfera política, e, ao mesmo tempo, relacionam tais mídias à maior propensão à difusão de notícias falsas ou imprecisas. Autora e colegas (2024) analisam, por exemplo, como a Jovem Pan – uma concessão pública – pode ter atuado como um agente de deslegitimação das instituições democráticas, com veiculação de conteúdo altamente partidário e ideológico, sobretudo a partir da pandemia de Covid-19. Nesse sentido, a transição da "euforia com a nova ágora pública" para um cenário de descrença (Autora, 2025) reflete como a arquitetura das plataformas, ao privilegiar discursos radicalizados em busca de visibilidade, acaba por erodir a capacidade responsiva dos cidadãos em torno de agendas comuns. A recirculação de narrativas entre diferentes plataformas (como YouTube e WhatsApp) fortalece a polarização de grupo, movendo membros para posições mais extremas (Sunstein, 2001) e consolidando ecossistemas comunicacionais que operam à margem dos critérios de noticiabilidade tradicionais.

2.3. Revista *Oeste e O Liberal*: breve histórico

“Nosso site e nossa revista serão, sim, conservadores na sua visão da política, da vida e da sociedade”. Assim resumiu J. R. Guzzo, um dos fundadores da Revista *Oeste*, no texto de apresentação do

veículo, em 27 de março de 2020, que hoje se localiza na primeira aba do portal (Guzzo, 2020). Quando criada, seu conselho editorial era composto por Jairo Leal, J. R. Guzzo, Augusto Nunes e Kaíke Nanne. Atualmente, além de Leal, Guzzo e Nunes, fazem parte do conselho Branca Nunes e Silvio Navarro.

A Revista Oeste se define, na aba “nosso pacto” do site, como conservadora, liberal e a favor do Estado mínimo. Sobre o espectro progressista, afirma que “o fato fundamental sobre as ideias de esquerda, para nós, é bem claro: elas não funcionam” (Guzzo, 2020). Ainda na aba “nosso pacto”, Oeste deixa claro que a “não pretende ser imparcial, porque a realidade não é imparcial; tem 1 lado, e é deste lado que estaremos” (Guzzo, 2020). O veículo possui um portal aberto; uma edição semanal digital para assinantes; e um canal no YouTube com 3,5 milhões de inscritos e com um catálogo de programas com transmissão ao vivo, como Oeste Sem Filtro e Jornal da Oeste.

O Liberal foi fundado em Belém, no Pará, em 15 de novembro de 1946 como um jornal impresso. O veículo era utilizado com objetivos políticos pelo general Magalhães Barata, ex-governador do Pará. Em maio de 1966, o empresário Rômulo Maiorana adquiriu o veículo, modificando a sua linha editorial partidária e passando a se pautar “na credibilidade, na transparência editorial e na divulgação de temas de interesse da sociedade paraense e brasileira” (Pimentel, 2024).

Desde então, o grupo de comunicação já foi conhecido como Sistema de Comunicação Rômulo Maiorana (entre 1986 e 1997) e Organizações Rômulo Maiorana (entre 1997 e 2018). Atualmente, o Grupo Liberal “é o maior grupo de comunicação do estado do Pará, o 9.º maior grupo de comunicação do Brasil, e o 4.º maior grupo de comunicação afiliado à Rede Globo, através da Rede Liberal”¹, como informado em sua página no LinkedIn. O grupo possui os jornais impressos Delta Publicidade, O Liberal e Amazônia; as emissoras de rádio Rede Liberal, Liberal Rádios, Rádio Liberal, Rede Liberal FM, Liberal FM Castanhal e Liberal FM Soure; os portais OLiberal.com e G1 Pará; e a emissora TV Liberal. A visão do veículo é de que seu grupo de comunicação “está em sintonia com os avanços tecnológicos e, principalmente, com os anseios da população” (Pimentel, 2024).

3. Metodologia

A metodologia desenvolvida nesta pesquisa é qualitativa e interpretativa. A pesquisa qualitativa trabalha com o “universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (Minayo, 2007, p. 24). Com esse material, busca compreender e interpretar a realidade. Por meio da análise interpretativa dos conteúdos, pretende-se compreender os significados presentes em diferentes formas de comunicação, como textos, imagens, vídeos e outros documentos, neste caso, as matérias sobre um tema específico em veículos de comunicação selecionados. Dessa forma, são organizadas e sistematizadas unidades de conteúdo das quais se podem extrair estruturas textuais, como palavras, temas e classes de sentido (Bardin, 2011).

As matérias que compõem o corpus empírico foram localizadas a partir da busca da palavra-chave “CPI das ONGs” nos sites dos dois veículos analisados, considerando o período de análise. Após essa etapa de levantamento, os materiais foram submetidos a triagem analítica pelas pesquisadoras, com base na pertinência do conteúdo em relação ao objeto investigado e na presença de elementos passíveis de interpretação à luz dos três eixos analíticos previamente definidos: viés político, interseção narrativa e dissonância narrativa. Desse modo, os critérios de inclusão e exclusão foram orientados pela relevância interpretativa de cada matéria para a compreensão das estratégias discursivas, dos enquadramentos narrativos e das formas de saliência atribuídas à cobertura da CPI das ONGs.

Nesta análise, nos debruçamos sobre as pautas, estratégias discursivas e abordagens utilizadas por Revista Oeste e O Liberal na cobertura da CPI das ONGs. Temas, fontes escolhidas para entrevistas e

1. Disponível em: <https://www.linkedin.com/company/grupo-liberal-fundador-romulo-maiorana/about/>

principais linhas narrativas foram observados a partir de uma análise interpretativa da cobertura jornalística, de modo a permitir a compreensão de significados, enquadramentos, estratégias e contextos. O método foi inspirado em trabalho anterior (Autora et al., 2025) desenvolvido pelas autoras.

A opção por caracterizar este estudo como uma análise interpretativa decorre do fato de que seu objetivo central foi compreender como sentidos, ênfases, relações de causalidade e estratégias discursivas foram construídos nos textos jornalísticos analisados. Mais do que classificar conteúdos em categorias fixas ou identificar enquadramentos previamente estabilizados, a pesquisa privilegiou uma leitura relacional e contextual do corpus, atenta às nuances de tom, saliência, seleção de fontes, associações discursivas e aproximações e distanciamentos entre os veículos. Assim, a análise interpretativa mostrou-se mais adequada ao propósito do trabalho, pois permitiu apreender o que foi dito nas matérias e, sobretudo, como determinados sentidos foram organizados narrativamente e mobilizados na disputa pública em torno da CPI das ONGs.

Os eixos de análise foram escolhidos de modo a dar conta da cobertura em sua complexidade e são apresentados a seguir. Em termos empíricos, o material foi analisado por três pesquisadoras e compreendido a partir dos eixos previamente selecionados. Ao final, houve consenso na identificação de abordagens, enfoques, enquadramentos e contextos da cobertura.

Tabela 1. Eixos de análise do material midiático

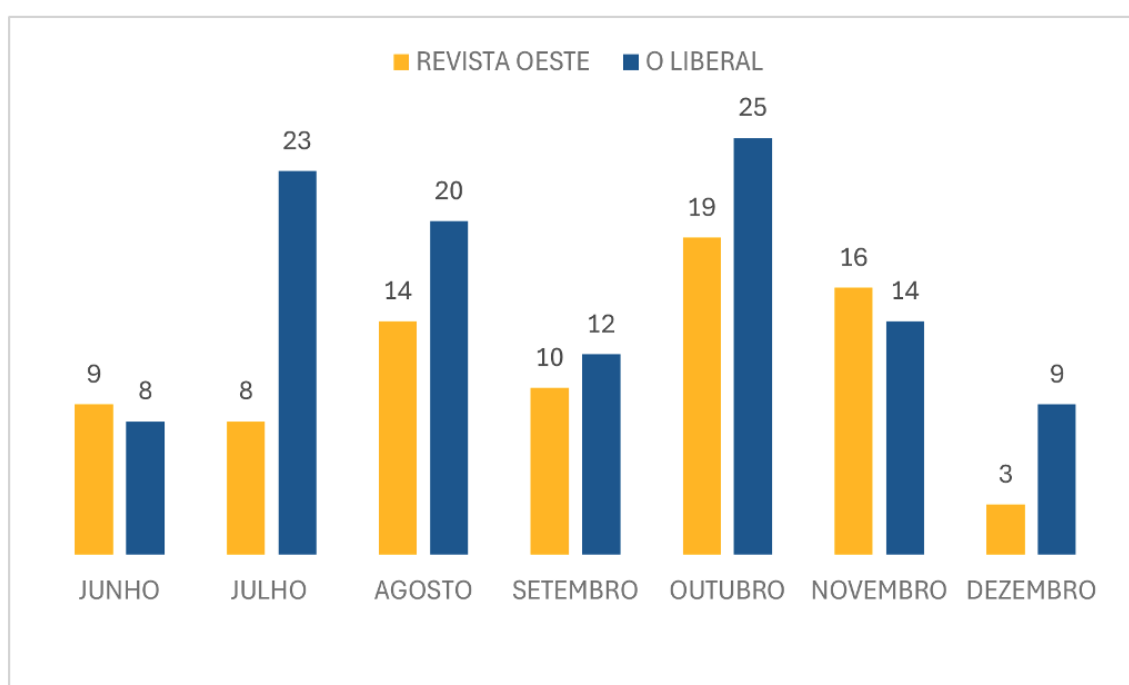
Eixos	Detalhamento
Viés Político	Eixo que trata dos atores políticos salientados pelas matérias, especialmente representantes do governo federal, como foco organizador da cobertura. Manifesta-se na personalização das acusações, na recorrência de figuras como Marina Silva, na associação entre ONGs, órgãos ambientais e governo, e na amplificação de suspeitas, conflitos de interesse e responsabilizações políticas.
Interseção narrativa	Eixo que identifica convergências entre Revista Oeste e O Liberal na definição do problema e na atribuição de causalidade. Abrange matérias em que ambos os veículos reverberam acusações dos líderes da CPI, associam ONGs à ideia de “poder paralelo”, destacam suspeitas sobre recursos estrangeiros e relacionam a atuação dessas organizações à precariedade de comunidades indígenas e a entraves ao desenvolvimento regional.
Dissonância narrativa	Eixo voltado às diferenças de tratamento editorial entre os veículos. Refere-se às variações de tom, linguagem, saliência, contextualização e recursos discursivos empregados na cobertura.

Fonte: Elaboração própria

4. Resultados

A Revista Oeste publicou 79 matérias entre 14 de junho e 18 de dezembro de 2023, enquanto O Liberal fez 111 publicações. O recorte temporal selecionado se deu a fim de adicionar à análise as reportagens que repercutiram o relatório final e a conclusão da CPI, que teve o seu encerramento em 05 de dezembro de 2023. A figura a seguir mostra o número de publicações relacionadas à CPI nos dois veículos no período (FIG. 1).

Figura 1. Número de publicações relacionadas à CPI no site da Revista Oeste e de O Liberal de 13/06/23 a 18/12/23



Fonte: Elaboração própria

No que diz respeito à autoria do conteúdo publicado pela Revista Oeste, quase 80% das publicações (61 matérias) foram redigidas pelo jornalista Cristyan Costa, enquanto os outros 20% foram assinadas por Redação Oeste, Rute Moraes e Artur Piva.

Em junho de 2023, a Revista publicou nove matérias sobre o tema. Uma delas já demonstrava a linha argumentativa do veículo (“Começa a CPI da Caixa-Preta das ONGs”), enquanto duas delas abordavam as expectativas com o convite para que Marina Silva prestasse depoimento na comissão. Em julho, foram oito publicações e os nomes de Aldo Rebelo e Silvia Waiãpi tiveram destaque. Em agosto, a Revista Oeste produziu 14 matérias sobre a CPI das ONGs. O anúncio da nova fase da comissão trouxe também mais ataques ao governo e à ministra Marina Silva, em especial com a notícia de seu envolvimento e de sua secretária, Ana Toni, com uma das ONGs investigadas. Em setembro, foram dez matérias, com destaque para o início de depoimentos de dirigentes e pessoas envolvidas com as organizações investigadas. Em outubro, 19 matérias, cinco delas com foco em Marina Silva. Denúncias relacionadas

ao ICMBio e à Reserva Chico Mendes também tiveram destaque. Em novembro, 16 matérias, quatro delas relacionadas ao governo, destacando os próximos convites para participar da comissão. Também houve uma intensificação das menções à ministra Marina Silva após a sua convocação e com o seu depoimento. Em dezembro, mês de encerramento da comissão, o veículo fez três publicações sobre a CPI das ONGs, duas delas relacionando o indiciado no relatório final - Mario Pires, presidente do ICMBio - à Marina Silva.

O veículo paraense *O Liberal* publicou 111 reportagens que foram, em sua maioria, assinadas pela Redação, sem indicação de jornalista. Em junho, *O Liberal* publicou oito matérias sobre o tema, com abordagem sobre a votação de requerimentos; as falas de senadores que compuseram a comissão, em especial Plínio Valério; e as expectativas com depoentes. Em julho, foram 23 publicações e os nomes de Aldo Rebelo e Marcelo Norkey, dois dos depoentes, tiveram destaque. Uma das manchetes relacionadas ao último foi a comparação feita por Norkey das políticas ambientais das ONGs com uma “câmara de gás verde”. Em agosto, *O Liberal* produziu 20 matérias sobre a CPI das ONGs. Silvia Waiãpi foi amplamente citada pelas reportagens. No mês seguinte, foram doze matérias, com maior foco no depoimento de dirigentes das ONGs e suas declarações nas sessões. Em outubro, as 25 matérias sobre o assunto deram ênfase ao depoimento de representantes do IBGE. Marina Silva também esteve em foco por seu suposto vínculo com a ONG Ipam. Em novembro, foram publicadas 14 matérias que tratam do depoimento de Rodrigo Agostinho, e das justificativas sobre licenças e obras de infraestrutura na região amazônica. Em dezembro, nove matérias abordam, especialmente, o relatório final da CPI.

Este estudo apresenta, a seguir, a análise interpretativa do conteúdo publicado pelos veículos sobre a CPI das ONGs no período analisado.

4.1 Análise interpretativa: viés político, interseção narrativa e dissonância narrativa

A análise interpretativa das 190 matérias publicadas pelos dois veículos ocorreu sob três eixos analíticos centrais: viés político, interseção narrativa e dissonância narrativa. Com isso, foi possível identificar os aspectos da realidade que ganharam saliência na cobertura da CPI das ONGs e as formas pelas quais *Revista Oeste* e *O Liberal* definiram problemas, atribuíram responsabilidades e organizaram moralmente os acontecimentos narrados.

4.1.1 Eixo viés político

O eixo viés político trata da ênfase a atores políticos nas matérias publicadas pelos dois veículos durante a cobertura da CPI. A *Revista Oeste* organiza a narrativa da Comissão a partir da centralidade de atores do governo federal, em especial Marina Silva. Das 79 matérias publicadas no período pela *Revista Oeste*, 25 delas traziam fotos e menções à ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima. As críticas à ministra foram intensificadas a partir do fim de setembro de 2023. No que diz respeito ao *O Liberal*, sete matérias citavam ou tinham imagem de Marina Silva.

A recorrência de imagens, menções e associações entre a ministra, ONGs investigadas e órgãos ambientais reforça uma definição de problema centrada menos na complexidade institucional da agenda ambiental e mais na responsabilização política de agentes do Executivo. Em *O Liberal*, esse enquadramento também aparece, mas com menor intensidade e menor personalização.

A cobertura dos dois veículos no primeiro mês de CPI já sinalizava a linha editorial que seria explorada, futuramente, em sua reta final: havia ênfase aos atores ligados ao governo e que participavam

da comissão, especialmente à Marina Silva². Há uma abordagem de revelação do papel exercido pelas ONGs para com a população indígena, exemplificado pelo uso de termos como "caixa-preta" pelo veículo Revista Oeste.

A Revista Oeste fez publicações que reverberam as acusações da presidência da CPI. O veículo divulgou matéria sobre valores recebidos por ONGs em 2022, dando destaque ao suposto valor de R\$70 milhões recebido pelo ISA, e ressaltando que o Instituto "tem ligações com o Ministério do Meio Ambiente" por conta do secretário-executivo da pasta, um dos fundadores da ONG. SOS Amazônia, Imazon e Ipam também foram citados. Outra reportagem tratou de constatações de relatórios da Agência Brasileira de Inteligência, que teriam apontado supostos acordos entre ONGs e outros países. Em matéria que cita o governo Lula, a Revista levanta suspeitas sobre motivos que fazem o Itamaraty não ter encaminhado todos os documentos exigidos pela CPI. No final do mês, Oeste abordou, ainda, a suposta ligação da ministra Marina Silva com a ONG Ipam, que recebe dinheiro do Fundo Amazônia. Como Marina compõe o Comitê Orientador do Fundo, haveria possibilidade, segundo as acusações, de direcionamento parcial de recursos. Além de Marina, Ana Toni, secretária da ministra, também seria ligada ao Conselho da ONG.

Em setembro, quando ouviu os depoentes Virgílio Viana (FAS), Ritaumaria Pereira (Imazon) e a secretária de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ana Toni, buscou trazer a ministra Marina Silva para as acusações.

Em outubro, as sessões contaram com os depoimentos de representantes das ONGs Ipê e Ipam, e também do IBGE e ICMBio. Em relação ao Ipê, Oeste e O Liberal deram foco ao recebimento de recursos estrangeiros suspeitos, com ênfase a um repasse feito por organização "citada em relatório da Abin por espionagem".

Evidenciando que repercute os principais argumentos dos membros da CPI, Oeste tratou, em matéria, da mesma quantia frisada por Plínio Valério em suas redes sociais: o recebimento de mais de R\$1 bilhão pelas ONGs. Também ressalta que esse dinheiro vem "de países que queimam combustíveis fósseis". A matéria cita as ONGs FAS, Imazon, IPÊ e ICS.

Ao longo do mês, os ataques à ministra Marina Silva cresceram por parte de membros da comissão, mobilizando, especialmente, a Revista Oeste. A linha de ataque à Marina Silva por parte da comissão foi explorada pelos dois veículos, que publicaram sobre a denúncia feita pela CPI junto ao MPF contra o ICMBio após a diligência em Eptaciolândia (AC), salientando ser vinculado ao Ministério do Meio Ambiente; e sobre a convocação do Instituto para a oitava da semana seguinte. Oeste também explorou o pedido de investigação feito pelo deputado Nikolas Ferreira em relação às denúncias ligadas ao IPAM. A revista fez ampla cobertura do depoimento do presidente do ICMBio, Mauro Pires, subindo o tom nas acusações e colocando Marina Silva e ICMBio no centro das críticas.

Em novembro, a reta final da CPI começa com o depoimento do presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho. A partir de suas declarações, os veículos focaram em trecho da oitava que tratou do licenciamento de exploração de petróleo na Foz do Amazonas. Os veículos também deram foco a trecho do depoimento sobre outra rodovia: a questão da licença para pavimentação da BR-319, que liga Manaus a Porto Velho. O Liberal abordou as insinuações dos senadores de que houve pressão de ONGs para que Ibama negasse o licenciamento. Oeste ressaltou que o presidente do Ibama "culpou" o governo federal pela demora, já que depende de envio de estudos feitos pelo Dnit para dar andamento ao caso.

O último mês de comissão foi marcado pela apresentação e votação do relatório final da CPI. Os veículos deram destaque ao indiciamento do presidente do ICMBio, Mauro Pires, que foi importante trunfo dos membros do colegiado assegurando repercussão nacional ao relatório final, diferente do

2. Todas as reportagens citadas por este estudo estão disponíveis em:
https://drive.google.com/file/d/1tdTXseEQbMJJByWfjA_j2QKya4GW4Daa/view?usp=sharing

que ocorreu durante todo o período de vigência da CPI. Entretanto, enquanto Oeste destacou o nome de Marina Silva e a relação da ministra com Pires ao abordar o indiciamento, O Liberal usou apenas o nome do indiciado em suas reportagens, sem fazer referência à Silva. Na matéria, Oeste ainda afirma que o presidente do ICMBio, que é "auxiliar e subordinado de Marina", foi o único indiciamento sugerido pela CPI.

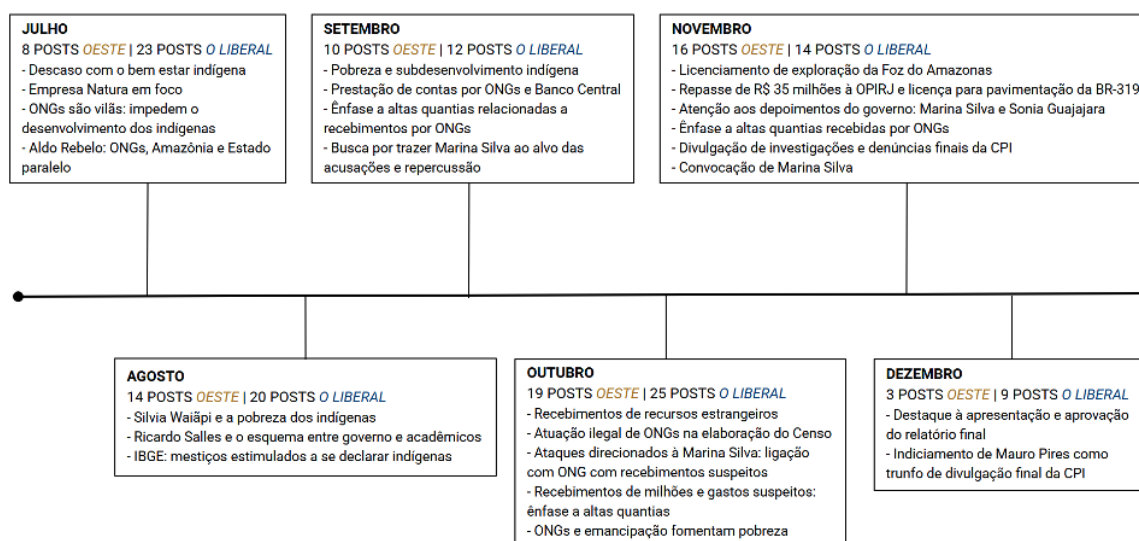
Em síntese, a análise da cobertura sob o eixo de viés político mostra que especialmente a Revista Oeste optou pelo uso recorrente de atores políticos e por uma personalização em torno da figura da ministra Marina Silva. A ministra aparece de forma reiterada em imagens, menções e associações que conectam ONGs, Ministério do Meio Ambiente, ICMBio, Ibama e governo federal em uma mesma cadeia de responsabilização, deslocando o foco da complexidade institucional da agenda ambiental para a imputação de culpa a personagens específicos. Esse movimento se intensifica a partir do fim de setembro, quando crescem as acusações dirigidas à ministra e se consolidam narrativas que a vinculam a organizações investigadas, a órgãos subordinados e a decisões estatais sob suspeita, reforçando um enquadramento centrado menos na apuração plural dos fatos e mais na dramatização política da CPI.

4.1.2 Eixo interseção narrativa

O eixo de interseção narrativa trata dos pontos de convergência entre os dois veículos. Em diferentes momentos da cobertura, Revista Oeste e O Liberal selecionam e tornam salientes aspectos semelhantes da CPI, sobretudo ao reverberarem acusações formuladas por senadores e depoentes alinhados à comissão. Nessa convergência, as ONGs são frequentemente enquadradas como estruturas de poder paralelo na Amazônia, associadas à perda de autonomia indígena, à precariedade das condições de vida nas comunidades e a obstáculos ao desenvolvimento regional, especialmente em temas ligados à infraestrutura, licenciamento e circulação de recursos estrangeiros.

A figura a seguir (FIG. 2) sintetiza, em linha do tempo e de forma geral, as principais interseções narrativas entre Revista Oeste e O Liberal durante a cobertura da CPI das ONGs.

Figura 2. Linha do tempo de interseções narrativas entre Revista Oeste e O Liberal



Fonte: Elaboração própria

Em julho, no segundo mês de CPI, a cobertura de O Liberal se mostra mais frequente e adquire mais volume de publicações na comparação com a Revista Oeste. Os portais reverberam as narrativas e acusações dos parlamentares da CPI e dos depoentes, especialmente as do cacique Miguel Correa, de Marcelo Nokey e de Aldo Rebelo. Em maior fôlego, reportagens de O Liberal dão espaço aos depoimentos e declarações de denúncias de retaliações sofridas por indígenas por denunciarem a ação de ONGs; e reverberam o argumento de parlamentares líderes da comissão de que as organizações não governamentais representam um poder paralelo na região.

Seguindo a linha editorial de dar espaço às acusações de membros da comissão, Revista Oeste e O Liberal reproduzem as denúncias sobre a empresa Natura, acusada de explorar indígenas na fabricação de produtos, e o pedido para convocação de João Paulo Brotto Gonçalves, presidente da empresa.

Convidado para depor, o ex-ministro Aldo Rebelo recebe espaço de cobertura nos dois veículos, mas em maior volume por O Liberal, que publica três reportagens de repercussão de seu depoimento. A narrativa em comum entre os dois portais dá ênfase ao argumento de Rebelo de que ONGs fazem um Estado paralelo, e que são, de fato, quem “governa” a Amazônia. O Liberal tratou, ainda, da fala de Rebelo sobre a paralisação das obras da Ferrogrão, no Mato Grosso, criticando o Ministério Público e enaltecendo a CPI.

Em agosto, foram convidados depoentes conhecidos pela opinião pública e que possuíam alinhamento com os argumentos dos principais membros da comissão. Foram ouvidos o ex-ministro do Meio Ambiente do governo Bolsonaro, Ricardo Salles, a deputada Sílvia Waiãpi e o jornalista Lorenzo Carrasco. A cobertura dos dois veículos se concentrou em reverberar as acusações e denúncias que os senadores que lideravam a CPI buscavam projetar. No período, a Revista Oeste volta a crescer no número de notícias e se consolida no papel de crítica às ONGs, órgãos públicos e ambientalistas. Os veículos compartilharam declarações de Sílvia Waiãpi de que ONGs atuaram em “conluio com servidores do poder público e judiciário da Amazônia”. O Liberal deu espaço, em uma das matérias sobre a oitiva da deputada, para as acusações de Waiãpi sobre Magazine Luiza promover fome na comunidade Yanomami por meio da compra de cogumelos da região para revenda, desinformação que chegou a passar por *fact-checking* na imprensa.

O depoimento e as acusações de Ricardo Salles foram pauta e destaque nos dois veículos. Reverberando ênfase que Plínio Valério também deu sobre a sessão, Revista Oeste e O Liberal abordaram a declaração de Salles a respeito de suposto esquema em que funcionários de governos ligados a ONGs pagavam acadêmicos para produzir trabalhos a favor do Terceiro Setor. Ainda em agosto, os dois portais repercutiram a narrativa dos membros da comissão sobre suposto estímulo a que mestiços se declarassem indígenas no Censo.

Os dois veículos também fizeram matérias dando detalhes sobre a secretária de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente, Ana Toni, ouvida pela CPI em setembro. Oeste fez um raio x sobre vida e carreira da secretária e O Liberal, além de informações sobre Toni, destacou declarações do relator Marcio Bittar sobre soberania nacional e domínio de países estrangeiros por meio das ONGs.

Em outubro, nas diligências, a aposta no contraste: condições precárias na Reserva Chico Mendes (AC), sob o argumento de influência das ONGs, e prosperidade no Chapadão dos Percis (MT), onde há suposta independência e avanço na produção agrária por parte dos indígenas. Sobre a oitiva dos Caciques de Xavante, O Liberal deu espaço para acusações a ONGs e Funai, buscando ecoar as declarações dos depoentes.

Em novembro, Revista Oeste e O Liberal também deram destaque ao “repasso milionário” do Fundo Amazônia à Opirj para projeto de gestão territorial. O valor de R\$ 35 milhões, antes trabalhado pelos veículos sob o viés do recebimento da quantia do Fundo Amazônia pelo Ipam, agora é enfatizado por Oeste e O Liberal em relação a um repasse à ONG Opirj para projeto de gestão territorial. O enfoque dos veículos é o mesmo: trata-se de ONG que “impediu”/“barrou” obras na rodovia da BR-364, no Acre,

projetadas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, e que teriam como objetivo "gerar empregos na região e facilitar a vida dos acreanos". A informação é relatada de forma distorcida, com confusão de valores e de órgãos responsáveis pela negociação. Os dois veículos também deram espaço para matérias exclusivas e para as "cartadas finais" dos senadores, especialmente sobre a "mira" da comissão em torno do Governo, com denúncias a órgãos ligados ao Executivo e com os depoimentos de Marina Silva e Sônia Guajajara.

Por fim, também em novembro, na semana do depoimento de Márcio Santilli, do ISA, os dois portais focaram na mesma acusação sobre o depoente: a sociedade de Santilli com empresa de consultoria ambiental que presta serviço ao ISA. A declaração de Santilli sobre a sociedade foi abordada como grave denúncia. Revista *Oeste*, na manchete da reportagem, ressalta que a ONG foi fundada por "secretário de Marina Silva", se referindo a João Paulo Capobianco, Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Nesse sentido, o eixo de interseção narrativa da cobertura se estrutura na convergência entre *Revista Oeste* e *O Liberal* na saliência conferida às falas de parlamentares e depoentes da CPI, que passam a organizar a cobertura em torno de um mesmo núcleo interpretativo. Ganham destaque acusações que compuseram uma definição comum do problema em que a atuação das organizações aparece ligada tanto ao subdesenvolvimento local quanto à interferência sobre decisões estratégicas do Estado.

4.1.3 Eixo dissonância narrativa

O eixo de dissonância narrativa buscou analisar as diferenças de tratamento editorial conferidas ao mesmo conjunto de acontecimentos. Embora compartilhem pautas e atores, os veículos divergem na intensidade da acusação, no grau de contextualização e nos recursos de linguagem mobilizados. A *Revista Oeste* adota com mais frequência manchetes de forte apelo acusatório, personalização dos conflitos e formulações emocionalizadas, ao passo que *O Liberal* tende a operar de forma relativamente mais factual, preservando algum espaço para explicações dos depoentes e para a contextualização de temas ambientais e institucionais.

Em setembro, quando a CPI ouviu Virgílio Viana (FAS), os dois veículos fizeram cobertura do depoimento, dando espaço para as acusações dos senadores a respeito da FAS, especialmente sobre o processo de auditoria e destinação de recursos recebidos do Fundo Amazônia. No entanto, desde as manchetes, há diferença no tom adotado por cada veículo para retratar as denúncias. *Revista Oeste* destacou que CPI ouviu representante de ONG que recebeu "mais de R\$50 milhões do Fundo Amazônia" e que "gasta R\$ 13 milhões" com 143 funcionários em 2022. Em outra publicação, distorceu na manchete a declaração de Virgílio sobre o seu salário, dizendo que o depoente se negou a divulgá-lo, quando, em seu depoimento, se prontificou a fazê-lo após a oitiva, transmitindo as informações à equipe da CPI. *O Liberal* publicou a respeito do pedido de comprovação de transparência na prestação de contas da FAS feito pelos senadores Styvenson Valentim e Mecias de Jesus.

No mesmo mês, ao tratar da oitiva de Ana Toni, a *Revista Oeste* ressaltou que a secretária se esquivava ao tratar de empresas estrangeiras que "financiam ONGs". Na matéria, Toni é chamada de "secretária de Marina Silva", e a imagem da ministra aparece ilustrando a reportagem. Durante todo o mês, *Revista Oeste* trouxe narrativa distorcida sobre membros das ONGs se negarem a informar salários, o que não ocorre, com a mesma centralidade, em *O Liberal*.

Quando a CPI começa as suas diligências pela comunidade de Pari-Cachoeira, os portais deram ênfase aos argumentos ligados à precariedade de condições de vida da população e a atuação do ISA na região. *O Liberal* destacou a denúncia de suposta arrecadação de R\$60 milhões feita pela ONG. *Oeste*, no entanto, assumiu tom acusatório, abordando as denúncias da população local, destacando os 'abusos' praticados pelo ISA, assim como detalhes do relatório da diligência obtido com exclusividade pelo

veículo, que apontaria para a ‘abertura da caixa-preta das ONGs’ por meio das denúncias de pobreza e precariedades locais. Em matéria intitulada ‘condenados à morte’, usando de apelo emocional, Oeste relata as condições de vida dos moradores da região. O veículo também explorou outros aspectos em suas publicações, mantendo o padrão de reverberar argumentos proferidos por Plínio Valério.

Em outubro, foi possível identificar que houve espaço para explicações e contextualização em O Liberal. Ao fazer a cobertura do depoimento de representante do IBGE, os veículos deram holofote à principal linha narrativa da comissão em relação ao instituto, que retorna com argumento já publicado em agosto pela Revista Oeste: a suposta atuação ilegal de ONGs na elaboração do último Censo. De forma diferente, O Liberal deixa espaço para as declarações dos depoentes, com explicações sobre como é realizado o Censo. Sobre o Ipam, Revista Oeste e O Liberal deram destaque a dois dos principais argumentos dos membros da comissão: a ligação do Instituto com Marina Silva e o recebimento de R\$ 35 milhões pela ONG em 2022.

Em novembro, a convocação de Marina Silva foi tratada pelos veículos, mas em tons distintos. Oeste alegou que a ministra do Meio Ambiente "correu" da CPI, e que foi convocada pois tinha que "explicar gasto irregular de organização com dinheiro do Fundo Amazônia". O Liberal fez duas publicações tratando da decisão dos senadores de convocar a ministra, e ressaltando que "o principal argumento dos senadores que votaram pela convocação é que o convite foi feito previamente e a falta da ministra reflete em um dia perdido".

Nesse sentido, percebeu-se que a dissonância narrativa se evidenciou pela forma desigual em que, em determinados momentos, os mesmos acontecimentos são narrados por cada veículo.

5. Discussão

A partir da análise interpretativa da cobertura jornalística de Revista Oeste e O Liberal, percebeu-se que a Revista Oeste possui protagonismo no papel de reverberar as narrativas da comissão, assumindo tom mais elevado do que O Liberal na exposição dos assuntos durante a cobertura, mas há alinhamentos narrativos no que diz respeito às pautas relacionadas aos principais argumentos acusatórios dos parlamentares da CPI, como por exemplo a precariedade nas condições de vida e subdesenvolvimento da população indígena supostamente causado por organizações não governamentais ambientais. De modo geral, essa dissonância de tom entre os veículos se reverbera na cobertura de pautas relacionadas: O Liberal dá espaço para a agenda ambiental positiva.

A Revista Oeste intensifica a personalização em torno de atores governamentais, como Marina Silva, o que dialoga com as transformações no *Gatekeeping* jornalístico descritas por Ferreira (2018), onde plataformas digitais amplificam narrativas partidárias em ecossistemas polarizados. Essa estratégia, com recorrência de associações entre ONGs, ICMBio e governo, exemplifica a "indignação tóxica" (Blumler & Coleman, 2015) identificada na literatura sobre mídias partidárias, promovendo engajamento via emocionalização em detrimento de pluralidade factual. Em contraste, O Liberal modera esse viés com maior diversidade de fontes, aproximando-se do jornalismo local como *watchdog* local (Nielsen, 2015), embora compartilhe pautas que sustentam a agenda da CPI.

Apesar de o volume de publicações de O Liberal sobre a CPI ser maior do que o da Revista Oeste, o veículo da mídia partidária consegue maior protagonismo pelo alcance e engajamento que gera na base conservadora e alinhada aos objetivos da presidência da CPI. O senador Plínio Valério, presidente da Comissão, chegou a repostar mais de 50 vezes publicações da Revista Oeste relacionadas à CPI das ONGs em seu perfil no X. O número supera qualquer outra menção a veículos de mídia pelo senador no mesmo período.

Reportagens da Oeste sobre a CPI, especialmente as que tinham como foco a ministra Marina Silva, eram compartilhadas por parlamentares ligados à oposição do governo, como Eduardo Bolsonaro³, Magno Malta⁴, e Caroline De Toni⁵. Congressistas e membros da comissão usaram reportagens da Revista Oeste que propagavam argumentos e acusações, o que não ocorreu com O Liberal mesmo em momentos em que havia um alinhamento narrativo.

O engajamento da base conservadora obtido a partir do protagonismo da cobertura por um veículo partidário, assim como a disseminação de informação em escala regional para os afetados diretamente pelas investigações e diligências da CPI evidenciam as novas dinâmicas de produção, circulação e recepção de notícias associadas a interesses políticos específicos e inseridas nas possibilidades geradas a partir da digitalização da comunicação.

6. Conclusão

Este estudo buscou observar a cobertura da CPI das ONGs, instalada no Senado Federal em 2023, a partir da análise qualitativa interpretativa de dois veículos centrais na propagação de informação sobre o assunto - Revista Oeste e O Liberal. O trabalho trouxe uma discussão sobre mídias locais e partidárias, inseridas em dinâmicas comunicacionais que se modificam e se renovam, sobretudo a partir do uso da internet.

Os resultados mostraram que a cobertura realizada pela Revista Oeste manteve um alinhamento com os parlamentares que compuseram a CPI, fazendo uso dos argumentos por eles proferidos nas sessões. Já O Liberal realizou uma cobertura mais ampla, com discussões relacionadas à agenda ambiental factual e com uso de fontes mais diversas.

O cenário estudado suscita algumas problematizações, como por exemplo a questão do acesso do público de interesse ao tema; ou à forma como a mensagem chega, com processos de mediação e responsabilização diferentes dos que ocorrem com veículos tradicionais de comunicação. Pretende-se, em estudos futuros, desenvolver e enfrentar questões de pesquisa que contemplem explicações para estes questionamentos. Na mesma linha, como próximos passos da pesquisa, as autoras pretendem analisar a cobertura local e partidária da CPI em paralelo com a atenção dada pela imprensa nacional à comissão a fim de identificar se houve e como se deu a abordagem do tema em perspectiva mais ampla.

Referências

- Albuquerque, A. (2012). O paralelismo político em questão. *Revista Compolítica*, 2(1).
- Assunção Reis, T. (2022). A study on local and regional journalism in Brazil: A survey of theses and dissertations (2010-2020). *Brazilian Journalism Research*, 18(3), 574–597. <https://doi.org/10.25200/BJR.v18n3.2022.1541>
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Brasil: Edições 70.
- Barsotti, A. (2018). *Uma história da primeira página: Do grito ao silêncio no jornalismo em rede*. Editora Insular.

3. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CyiQ9qYL4j5/>

4. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CyswdlDgp3U/>

5. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CwTfE80rjYZ/>

- Blumler, J., & Coleman, S. (2015). Democracy and the media—Revisited. *Javnost - The Public*, 22(2), 111–128. <https://doi.org/10.1080/13183222.2015.1041226>
- Brown, M. A., Bisbee, J., Lai, A., Bonneau, R., Nagler, J., & Tucker, J. (2022). *Echo chambers, rabbit holes, and algorithmic bias: How YouTube recommends content to real users*. SSRN. <https://ssrn.com/abstract=4088828>
- Capone, L. V., Ituassú, A., Pecoraro, C., & Mannheimer, V. (2025). Participação cidadã na internet: Da euforia com a nova ágora pública a um cenário de descrença. In A. J. Josiowicz, B. Deusdará, & M. G. A. Dominguez (Eds.), *Discurso e humanidades digitais: Perspectivas interseccionais em debate* (pp. 129–161). Mercado de Letras.
- Capone, L., Ituassu, A., Santos, M. A., Mannheimer, V., & Pecoraro, C. (2024). Do humor à radicalização: A atuação da Jovem Pan nas eleições de 2022. In A. Ituassú & E. Matos (Eds.), *Democracia, desinformação e radicalização: As mídias digitais e as eleições de 2022 no Brasil* (pp. 213–240). PUC-Rio.
- Ekström, M., Johansson, B., & Larsson, L. (2006). Journalism and local politics: A study of scrutiny and accountability in Swedish journalism. *Journalism Studies*, 7(2), 292–311.
- Ferreira, G. (2018). Transformações do gatekeeping na era dos novos media: A internet, os valores e as práticas do jornalismo. *Brazilian Journalism Research*.
- Ferreira, N. T. (2016). Imprensa partidária: Um modelo diferenciado de fazer jornalismo. *Leituras do Jornalismo*, 1(6).
- Guzzo, J.R. (2020, 27 de março). Nosso pacto. *Revista Oeste*. <https://revistaoeste.com/nosso-pacto/>
- Hartmann, N. (2011). *Diáriadamanha.com (Passo Fundo): Um estudo de caso de jornalismo on-line na imprensa do interior do RS* [Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul]. Repositório Institucional PUCRS. <http://repositorio.pucrs.br>
- Kepios. (2023). *Digital 2023: Global overview report*. <https://datareportal.com/>
- Longhi, R. R., Da Silveira, S. C., & Paulino, R. (2021). Jornalismo e plataformização: Abordagens investigativas contemporâneas. *Digitaliza Conteúdo*.
- Minayo, M. C. S. (2007). O desafio da pesquisa social. In S. F. Deslandes, R. Gomes, & M. C. S. Minayo (Orgs.), *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade* (25ª ed. rev. e atual., pp. 9–29). Vozes.
- Nielsen, R. K. (Ed.). (2015). *Local journalism: The decline of newspapers and the rise of digital media*. Bloomsbury Publishing.
- Papacharissi, Z. (2004). Democracy online: Civility, politeness, and the democratic potential of online political discussion groups. *New Media & Society*, 6(2), 259–283. <https://doi.org/10.1177/1461444804041444>
- Pecoraro, C., Ituassu Filho, A. C. A., Alves, M., Capone, L., & Mannheimer, V. (2025). O uso do TikTok: Estratégias, narrativas e assimetrias nas eleições municipais de 2024 no Rio de Janeiro. In C. Locatelli, C. Penteado, & E. Cervi (Orgs.), *Eleições municipais 2024: Campanhas e estratégias digitais* (Vol. 1, pp. 63–74). Câmara Brasileira do Livro.
- Pecoraro, C., & Ituassu, A. (2025). Cumplicidade da mídia e desvio de rota: As percepções de jornalistas que cobriram a Lava Jato. *Revista FAMECOS*, 32(1). <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2025.1.45920>
- Peruzzo, C. (1998). *Comunicação nos movimentos populares: A participação na construção da cidadania*. Editora Vozes.
- Peruzzo, C. (2003, 2–6 de setembro). *Mídias locais e sua interface com a mídia comunitária* [Comunicação apresentada no XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Belo Horizonte, MG, Brasil]. INTERCOM.
- Picard, R. G., et al. (2017). Mídia local: Valor e pesquisa. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 40(1), 235–240.

- Projor (Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo). (2023). *Atlas da notícia*. <https://atlas.jor.br/>
- Reuters Institute for the Study of Journalism. (2020). *Digital news report 2020*. https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2020-06/DNR_2020_FINAL.pdf
- Reuters Institute for the Study of Journalism. (2023). *Digital news report 2023*. <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/digital-news-report/2023>
- Ribeiro, M. M., & Ortellado, P. (2018). O que são e como lidar com as notícias falsas. *SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos*(27), 71-83.
- Schudson, M. (2016). How to think normatively about news and democracy. In G. Vowe & P. Henn (Eds.), *Political communication in the online world: Theoretical approaches and research designs*. Oxford University Press.
- Strömbäck, J. (2005). In search of a standard: Four models of democracy and their normative implications for journalism. *Journalism Studies*, 6(3), 331–345.
- Sunstein, C. (2001). *Echo chambers*. Princeton University Press.
- Thompson, J. B. (1998). *A mídia e a modernidade: Uma teoria social da mídia*. Vozes.
- Traquina, N. (2005). *Teorias do jornalismo: V. 2 - A tribo jornalística*. Editora Insular.
- Van Dijck, J., Poell, T., & De Waal, M. (2018). *The platform society: Public values in a connective world*. Oxford University Press.
- Waisbord, S. (2000). *Watchdog journalism in Latin America: News, accountability and democracy*. Columbia University Press.